

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.241 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2001

## REABERTURA DOS TRABALHOS DO CONGRESSO

### FHC pede atenção à agenda da competitividade

Em mensagem ao Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que o país fechou o ano passado com inflação em baixa e produção em alta. Agora, segundo o presidente, é preciso “atenção imediata” ao que ele chama de “agenda da competitividade”, para que a balança comercial não venha a limitar o crescimento econômico.

PÁGINAS 3 E 4

### Jader ressalta compromisso com reformas

As reformas ainda pendentes – como a política, a tributária e a do Judiciário – terão que ser assumidas resolutamente pelo Congresso Nacional, afirmou ontem o presidente do Senado, Jader Barbalho, na abertura da sessão legislativa. O senador destacou também o apoio dado pelo Parlamento ao esforço de modernização do Estado brasileiro.

PÁGINAS 3 E 5



O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Jader Barbalho, acompanhado de senadores e ministros, ouve a execução do Hino Nacional na abertura da sessão legislativa



Ao lado do presidente da Câmara, Aécio Neves, Jader Barbalho defendeu transparência na atividade legislativa e afirmou que o Parlamento é cenário de negociação e diálogo



Arruda informa ter recebido do presidente da República a missão de pacificar o Congresso

**Arruda recebe missão de buscar harmonia entre os partidos**

PÁGINA 6

**Osmar sugere ação política contra embargo**



Osmar Dias e outros parlamentares estiveram ontem com o embaixador do Canadá

PÁGINA 2



Para Carlos Wilson, a população ainda conhece pouco o trabalho do Senado

**Carlos Wilson quer transparência na Primeira-Secretaria**

PÁGINA 6



**Próxima etapa de trabalho pode ser no Maranhão**

PÁGINA 8



**Rompimento do Vasco com parceiro será investigado**

PÁGINA 8

# Comissão discute embargo com embaixador canadense

Osmar Dias conclui que parlamentares devem viajar ao Canadá mesmo que a restrição à carne brasileira seja suspensa. Segundo ele, é preciso tratar politicamente uma questão que envolve a credibilidade do produto no mercado internacional

Mesmo que o governo canadense suspenda o embargo à importação de carne bovina brasileira, a comissão parlamentar mista criada para analisar a questão deve viajar ao Canadá. A informação foi dada pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), logo após reunião da comissão com o embaixador do Canadá no Brasil, Jean Pierre Juneau, realizada no final da manhã de ontem na Câmara.

A viagem dos senadores e deputados ao Canadá estava prevista para amanhã, mas fica suspensa até a missão técnica do Nafta

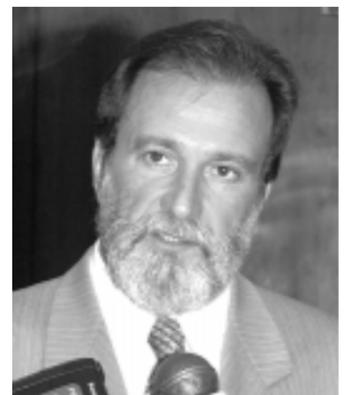
(Tratado de Livre Comércio da América do Norte) divulgar parecer sobre a sanidade do rebanho brasileiro. Convicto da inexistência de justificativa técnica para o boicote à carne brasileira, Osmar Dias defende a ida dos parlamentares ao Canadá, mesmo com a suspensão do embargo, para tratar politicamente de uma questão que envolve a credibilidade do produto brasileiro no mercado internacional.

— Acho necessário irmos lá, pois essa medida deve ser motivo de reparação do Canadá — declarou.

Durante a reunião com o embaixador canadense, os parlamentares exigiram explicações para a adoção do embargo e perguntaram quais informações deixaram de ser repassadas pelo governo brasileiro. Em vez de responder aos questionamentos, Jean Juneau preferiu reiterar, segundo Osmar Dias, que a medida não tinha qualquer relação com a disputa comercial entre as empresas de aviação Embraer e Bombardier.

Apesar de o Brasil ter importado gado da França e da Alema-

nha, países afetados pelo mal da vaca louca, Osmar Dias não acredita na contaminação do gado brasileiro. Além de os animais terem sido comprados para fins de reprodução, e não de abate, o senador argumenta que o governo brasileiro já conseguiu rastreá-los e irá indenizar produtores por animais que venham a ser sacrificados. Também participaram da reunião da comissão os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Iris Rezende (PMDB-GO) e os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).



Para Osmar Dias, o embargo deve ser motivo de reparação do Canadá

## Patrocínio fala sobre projeto contra fraude em concursos

A TV Senado exhibe hoje duas entrevistas ao longo da programação: uma com o senador Alberto Silva (PMDB-PI), que fala do acordo entre a Universidade Federal do Piauí e a equipe técnica da Universidade Federal do Ceará no projeto de viabilização do óleo diesel feito a partir da mamona (7h30 e 20h30), e outra com o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que trata de projeto de sua autoria que caracteriza como crime a fraude em concursos públicos e vestibulares (12h30).

O programa *Cidadania*, às 19h30, tem como convidados o senador Roberto Freire (PPS-PE) e a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, com a discussão em torno da prisão especial.

Os pontos turísticos e a cultura de cidades e estados brasileiros estão no programa *As Cores do Brasil*: Natal, às 13h, e Ceará, às 19h.

O compositor brasileiro Carlos Gomes é o homenageado do programa *Quem tem medo de música clássica?* Algumas de suas obras, como *Quem sabe, O escravo, Burrico de Palco* e a abertura de *O Guarani* são apresentadas sob



Patrocínio propõe caracterizar como crime a fraude em concursos públicos e vestibulares

a regência do maestro Sílvio Barbato. Entre uma música e outra, o senador licenciado Artur da Távola apresenta a vida e obra do compositor. O programa vai ao ar às 18h30.

No programa *Teatro Arthur Azevedo*, será exibido o espetáculo *Salve Amizade*. Flávio Marinho é o autor e diretor e no elenco estão Alice Borges, Giuseppe Oristânio, Ângela Vieira, Paulo César Grande e Cláudia Mauro. O *Teatro Arthur Azevedo* vai ao ar hoje às 22h30.

## TV reapresenta abertura da sessão legislativa

A TV Senado exhibe amanhã, às 15h45, a sessão de inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. No discurso de abertura, o presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que quanto mais transparente for a atividade legislativa e mais próximo estiver o Congresso do cidadão comum, melhor estará cumprindo a sua missão perante a sociedade.

O programa *Teatro Arthur Azevedo* apresenta neste fim de semana a peça *O Martelo*, de autoria de Renato Modesto, com Ney Latorraca, Bárbara Bruno e Edi Botelho. Aliando suspense ao humor, esta tragicomédia dirigida por Aderbal Freire narra os acontecimentos inesperados que abalam a tranqüila vida de Pedro e Maria, um típico casal jovem de classe média. O programa será apresentado amanhã e domingo, às 21h15.

*Soltos na Folia* é o vídeo da *Fundação Joaquim Nabuco* que a TV Senado exhibe amanhã às 9h e 19h e no domingo às 19h. O vídeo mostra o carnaval de Pernambuco, com suas agremiações carnavalescas como clubes, troças e ursos que animam os foliões nas ruas

de Recife e Olinda.

O programa *Espaço Cultural* apresenta neste fim de semana a primeira parte do show *Nordeste Instrumental*, com dois grandes nomes da música brasileira: o percussionista Naná Vasconcelos e o violonista Manassés. O programa vai ao ar amanhã e domingo às 14h30.

Outro destaque do programa *Espaço Cultural* é o encontro do violão de Yamandú Costa e da guitarra de Armandinho Macedo no show realizado no Clube do Choro em Brasília. O programa será exibido amanhã e domingo às 11h e 23h.

O convidado do programa *Agenda Econômica* deste fim de semana é o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O jornalista Helival Rios conversa com o senador a respeito da oposição entre o crescimento da pobreza e o desenvolvimento. O *Agenda Econômica* vai ao ar amanhã às 6h30 e 13h30 e domingo às 19h30.

O jornalista uruguaio Eduardo Galeano é a atração do *Entrevista Especial*. Conhecido como um dos mais importantes escritores da atualidade e ganhador de prêmios como o Casa das Américas,

de Cuba, o jornalista fala sobre literatura, Internet, mídia e política internacional, além de ler um trecho do seu mais recente livro, *De Pernas pro Ar*. O programa será exibido amanhã e domingo às 3h, 6h, 8h30 e 15h30.

O programa *De Coração* trata na edição deste fim de semana das ações comunitárias do Funcor, órgão da Sociedade Brasileira de Cardiologia, responsável pela produção. O convidado é o presidente do Funcor, Ari Timerman, que explica ao telespectador o que são os dias temáticos que o órgão promove durante o ano. O objetivo de ações como a Semana do Coração, o Dia do Combate ao Colesterol Alto, ou do Dia Dedicado ao Exercício Físico, de acordo com o presidente, é chamar a atenção para os fatores de risco da doença do coração. O *De Coração* vai ao ar amanhã e domingo às 9h30.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso reabre trabalhos com mensagem de FHC

Após passar a tropa em revista e participar de cerimônia na rampa, o senador Jader Barbalho instalou a nova sessão legislativa. Em seu pronunciamento, ele defendeu a transparência nas atividades do Parlamento

Em sessão solene realizada ontem no plenário da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Jader Barbalho, instalou oficialmente os trabalhos do Congresso Nacional no ano de 2001. Na ocasião, foi feita a leitura da mensagem enviada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, seguida de discurso de Jader (veja matéria abaixo).

Antes da sessão, foi realizada cerimônia que simboliza a troca na direção das duas Casas do Congresso Nacional. Às 14h30, Jader chegou ao Palácio do Congresso Nacional, onde passou a tropa em revista e assistiu, da rampa, ao hasteamento da Bandeira brasileira, durante a execução do Hino Nacional. Uma salva de 21 tiros de canhão encerrou a cerimônia do

lado externo do prédio.

Na rampa, os senadores do PMDB Mauro Miranda (GO) e Gil-

além de deputados e senadores, recebeu os familiares de Jader.

Na presidência da sessão, Jader Barbalho dividiu a Mesa com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, o primeiro-secretário do Congresso, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), e o segundo-secretário, senador Antero

Paes de Barros (PSDB-MT).

Jader recebeu a mensagem presidencial das mãos do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente, solicitando que o primeiro-secretário procedesse à leitura. O presidente do Senado encerrou a sessão depois de reafirmar o papel do Legislativo na democracia e no atual contexto político.



Na sessão solene de abertura dos trabalhos de 2001, o Congresso recebeu a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso

vam Borges (AP); do PSDB, Pedro Piva (SP), Sérgio Machado (CE), José Roberto Arruda (DF) e Romero Jucá (RR); do PT, José Eduardo Dutra (SE); e do PPS, Carlos Wilson (PE), além do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, esperavam o novo presidente do Senado e conduziram-no por um tapete vermelho até o plenário da Câmara que,



Pedro Parente entrega a mensagem presidencial a Jader e Aécio

## Executivo diz que o país começa a colher os frutos do ajuste econômico

Na mensagem encaminhada aos deputados e senadores na reabertura dos trabalhos do Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que o Brasil começou a colher os frutos do ajuste econômico iniciado há seis anos, com a queda da inflação, abertura da economia e modernização industrial. Para ele, a retomada do emprego, dos investimentos e da produção iniciada no ano passado vai aumentar em 2001. Com isso, "a maioria dos brasileiros vai sentir a melhora diretamente no nível dos seus salários e na renda de suas famílias".

A mensagem foi entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, ao novo presidente do Senado, Jader Barbalho, e lida na sessão solene de reabertura dos trabalhos legislativos pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE). No documento, Fernando Henrique Cardoso sustenta que o vigor da economia no ano passado "superou as expectativas mais otimistas".

Para este ano, além de destacar que, pela primeira vez em vários anos, os gastos sociais da União terão grande aumento, o presidente da República estabelece duas agendas de trabalho: uma *agenda da competitividade* e outra de *solidariedade*. A primeira é destinada a dar condições ao Brasil de enfrentar a "competição global", com aumento de exportações. Faz parte dessa agenda uma racionalização da carga tributária, novas reduções nos juros, remoção de "gargalos" de infra-estrutura que prejudicam o crescimento do comércio brasileiro e investimentos na produção científica.

Já a *agenda de solidariedade* será o grande esforço do seu go-

verno para a melhoria das condições sociais das populações mais pobres. Seu ponto alto são os gastos com educação e saúde e a inclusão, no sistema previdenciário, dos brasileiros que trabalham sem carteira assinada. O presidente da República cita ainda como um grande programa dessa agenda o Fundo de Combate à Pobreza, criado pelo Congresso, que destinará por ano às famílias pobres pelo menos R\$ 4 bilhões. Fernando Henrique menciona também que, em parceria com os estados e municípios, devem ser executados programas sociais nas periferias das áreas metropolitanas, incluindo projetos na área de segurança pública.

Dezenas de páginas da mensagem presidencial são destinadas a mostrar bons resultados do ano 2000 na área econômica e social, principalmente na educação e na saúde. Assim, são detalhados o crescimento de 4% no PIB, a queda da inflação para 6% (IPCA), a geração de 893 mil novos empregos com carteira assinada e o recuo do desemprego para 6,5%. Os investimentos subiram 6% no terceiro trimestre de 2000, comparando-se com o mesmo período de 1999, e a taxa básica de juros reduziu-se de 19% para 15,75% ao longo do ano passado, conforme a mensagem.

O presidente observa que, finalmente, a dívida pública líquida da União começou a cair em relação ao PIB, depois de vários anos de crescimento. Além disso, a cada dia o governo consegue vender títulos públicos com prazos mais alongados no mercado interno. A dívida pública no mercado internacional também teve redução "expressiva" no ano passado — caiu de 45,6% do PIB para 40,8%.

## Jader reafirma compromisso com as reformas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, assumiu ontem o compromisso de levar adiante as reformas política, tributária e do Poder Judiciário. No discurso de abertura da sessão legislativa, ele defendeu a transparência nas atividades do Parlamento e ressaltou o papel do Poder Legislativo na modernização do Estado brasileiro.

— As reformas ainda pendentes terão que ser assumidas, resolutamente, pelo Congresso. Ninguém mais do que o Congresso tem dado demonstrações inequívocas de comprometimento com as reformas que se fazem necessárias para tornar o Brasil um país identificado com seu tempo, plenamente capaz de responder aos desafios e às necessidades suscitadas pelo mundo contemporâneo — afirmou Jader.

Um dia após a eleição para a Presidência do Senado, Jader enfatizou em seu pronunciamento a importância do Legislativo na história brasileira, destacando que nenhum fato relevante desde 1822 deixou de contar com o Parlamento como um de seus protagonistas. Ao Legislativo, disse o senador, compete representar as "múltiplas faces que com-



Jader: "Quanto mais próximo estiver o Congresso do cidadão comum, melhor estará cumprindo a sua missão perante a sociedade"

põem a sociedade", dentro de respeitosa convivência de contrários.

Quanto mais transparente for a atividade legislativa e mais próximo estiver o Congresso do cidadão comum, observou Jader, melhor estará cumprindo a sua missão perante a sociedade. O senador citou a escritora alemã Hannah Arendt para defender uma política "feita por amor ao mundo", e acrescentou que a sociedade brasileira tem consciência do esforço do Congresso. "O Brasil sabe que pode contar com seu Parlamento", frisou.

Ao sugerir o aprofundamento da democracia, que deseja ver "crescentemente participativa", Jader apontou como imprescindível o respeito ao Poder Judiciário, "pilar do

estado de direito". Ele disse que devem ser garantidas ao Judiciário as condições indispensáveis ao seu bom desempenho e que o Congresso pode contribuir para a modernização da Justiça, a começar pela mudança na legislação processual.

A proposta de reforma do Judiciário, que tramita atualmente no Senado depois de ter sido aprovada pela Câmara, voltou a ser apontada por Jader como uma das que terão prioridade em sua gestão. Assim como no discurso após a sua eleição, na quarta-feira, ele citou ainda como necessárias a reforma política — parcialmente aprovada pelo Senado e em exame pelos deputados — e a reforma tributária, que tramita há seis anos na Câmara.

# "Brasil sobe de patamar na escala das nações"

Na mensagem enviada ao Congresso, presidente da República afirma que o país fechou o ano de 2000 com inflação em baixa e produção em alta, e observa que a tranquilidade política foi um fator decisivo para a superação das dificuldades

*Esta é a íntegra da mensagem presidencial.*

Senhores membros do Congresso Nacional, o ano 2000 trouxe a retomada do investimento, da produção e do emprego com um vigor que superou as expectativas mais otimistas em relação à economia brasileira. Essa tendência deve-se acentuar em 2001. A maioria dos brasileiros vai sentir a melhora diretamente no nível dos seus salários e na renda de suas famílias.

Começamos a colher os benefícios do ajuste interno que efetuamos em resposta à crise financeira externa. O êxito da reação às dificuldades da conjuntura comprova algo ainda mais importante: as reformas estruturais que empreendemos ao longo destes seis anos, cujo rumo conseguimos manter no meio da crise, preparam o país para um ciclo duradouro de desenvolvimento econômico e social.

O momento é de comemorar os bons resultados e encarar os próximos desafios animados pela convicção – que nunca me faltou – de que o Brasil está a caminho de subir de patamar na escala das nações e em relação às aspirações do seu povo.

Não me move outra ambição, no exercício da Presidência da República, que a de ajudar os brasileiros a tomar nas mãos esta oportunidade histórica. Propósito que é compartilhado, tenho certeza, pelos representantes da nação nesta Casa.

O Brasil fechou o ano 2000 com a inflação em baixa e a produção em alta. A inflação medida pelo IPCA ficou dentro da meta de 6%, contra 9% em 1999. O PIB cresceu 4%, contra 1% em 1999.

A retomada do emprego é a nota mais gratificante nesse quadro. Há uma melhora importante tanto na quantidade como na qualidade da oferta de postos de trabalho. De novembro de 1999 a novembro de 2000, o Cadastro do Geral de Emprego e Desemprego registrou a geração líquida de 893 mil vagas com carteira de trabalho assinada. Somente nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, 700 mil novas vagas foram abertas nos doze meses até novembro de 2000. A taxa média anual de desemprego recuou para 6,5%, bem abaixo da registrada em 1999.

A recuperação do nível de emprego favorece a recomposição do valor dos salários e da massa salarial. Essa tendência já era perceptível no fim do ano passado. Mais seguras no emprego e com perspectivas de aumento da renda familiar, as pessoas voltam a consumir mais, como se viu na época do Natal.

Por seu lado, o volume de investimentos registrava uma expansão de mais de 6% no terceiro trimestre de 2000 em relação ao mesmo período de 1999. A oferta adicional de bens e serviços gerada dessa maneira reforça as perspectivas de continuidade do crescimento da economia sem pressões inflacionárias.

A indústria liderou o crescimento em 2000, com uma expansão acima de 6%. O aumento da área plantada e do consumo de máquinas e fertilizantes antecipa um melhor desempenho da agricultura em 2001, com impacto favorável sobre o PIB e a estabilidade de preços.

A expectativa de um saldo comercial positivo em 2000 foi frustrada pelo encarecimento das importações, principalmente de petróleo, e a estagnação do preço das exportações de commodities. Mesmo assim, as exportações apresentaram expressiva recuperação, iniciada em 1999: aumentaram 15% no total, chegando a 19% nos manufaturados. Tampouco pelo lado da balança comercial aparecem obstáculos intransponíveis ao crescimento equilibrado.

A conjuntura internacional relativamente menos tumultuada favoreceu o bom desempenho da economia brasileira em 2000, mas por si só não o explica. De fato, o mundo passou o ano 2000 sem choques das proporções de 1998, mas não sem dificuldades do ponto de vista do Brasil. Dívidas sobre o ritmo de desaceleração da economia norte-americana, desvalorização do euro, forte alta do petróleo, crises em economias emergentes, tudo isso alimentou a volatilidade dos mercados financeiros e prejudicou – transitariamente, é verdade – nossas condições de acesso ao crédito exter-



Os presidentes da Câmara, Aécio Neves, e do Senado, Jader Barbalho, recebem a mensagem das mãos do ministro da Casa Civil, Pedro Parente

no.

As forças para dar a volta por cima da crise vieram basicamente de dentro do país, não de fora. O porte e a relativa complexidade da economia brasileira limitam sua vulnerabilidade aos impactos externos. O avanço das reformas estruturais que empreendemos desde 1995 aumentou substancialmente a eficiência do setor privado e do Estado brasileiros. Por último, mas não menos importante, a firmeza com que pusemos em prática o Plano de Estabilização Fiscal, lançado em outubro de 1998, foi decisiva para reverter as expectativas desfavoráveis em relação ao Brasil.

Não faltou quem sugerisse, no auge da crise, que deveríamos afrouxar as metas fiscais em benefício de uma retomada mais rápida do crescimento, ainda que à custa de mais alguma inflação. O quadro de crescimento com estabilidade que estamos experimentando agora comprova a precipitação daquelas sugestões. Desnuda, além disso, a superficialidade das críticas ao Plano de Estabilização como uma imposição do Fundo Monetário Internacional – FMI, em benefício dos nossos credores externos. Na verdade ele representou uma opção consciente do Brasil em benefício de suas próprias possibilidades de crescimento sustentado.

O rigor do ajuste fiscal ativou o círculo virtuoso pelo qual temos conseguido diminuir as taxas de juros, manter a estabilidade do câmbio, estimular a atividade econômica sem volta da inflação, aumentar a arrecadação, reforçar o equilíbrio das contas públicas, abrir espaço para mais redução dos juros e assim por diante.

A taxa de juros básica recuou de 19% para 15,75% ao longo do ano passado. Os juros para os tomadores finais tiveram uma redução proporcionalmente mais acentuada. O volume de empréstimos para as empresas aumentou 20%; para as pessoas físicas, mais de 100%.

A dívida pública líquida deve fechar o ano com uma ligeira redução, após anos seguidos de crescimento. Foi possível melhorar o perfil da dívida mobiliária do governo, com alongamento dos prazos e aumento da participação dos títulos prefixados, apesar da volatilidade dos mercados financeiros.

A dívida externa teve uma redução expressiva, de 45,6% para 40,8% do PIB. Já incluído neste resultado está o pagamento da maior parte do empréstimo de ajuda internacional tomado por meio do FMI em 1998. A volta da confiança no Brasil refletiu-se positivamente nas condições de acesso tanto do governo como das empresas nacionais ao crédito externo.

Longe de submeter o país à ganância dos credores, estamos na verdade aliviando o país – isto é, os consumidores, as empresas, o governo – do peso das dívidas e ao mesmo tempo resgatando o crédito, público e privado, como alavanca do desenvolvimento econômico e social.

Seis anos de esforços persistentes de reforma do Estado também começam a mostrar resultados cada vez mais significativos na área social, na forma de ganhos de eficiência e qualidade do gasto público.

Os sistemas de avaliação introduzidos nos últimos anos permitem, pela primeira vez,

acompanhar ano a ano o desempenho do sistema educacional em todo o país. Eles mostram, sem sombra de dúvida, que as mudanças estruturais empreendidas em conjunto pelo governo federal, estados, municípios e comunidade estão dando frutos nos três níveis de ensino.

O Brasil recebeu o prêmio Unesco 2000 pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. É o reconhecimento internacional de uma iniciativa que está resgatando o aspecto mais grave da dívida social do país, que é o déficit educacional. Atingimos no ano passado 97% das crianças de sete a quatorze anos na escola, antecipando e superando a meta do Plano Decenal de Educação. No Norte e Nordeste, o Fundef permitiu mais que dobrar o gasto por aluno no ensino fundamental, mostrando que é, além de tudo, um importante meio de combate às desigualdades regionais.

Um grande reforço para a universalização do ensino fundamental vem do Programa de Garantia de Renda Mínima. Desde o seu lançamento em 1999, cerca de 1,3 milhão de famílias carentes receberam incentivo para manter na escola 2,7 milhões de crianças e adolescentes. Em 2001, o universo de atendimentos deve ser expandido.

O êxito do combate à repetência e evasão escolar no ensino fundamental impulsionou a demanda pelo ensino médio. A União lançou um programa de apoio à expansão das redes estaduais de ensino médio, preparando-as para atender a 1 milhão de novos alunos. Com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, o governo federal está apoiando também a universalização, até 2002, do uso da Internet nas escolas públicas de segundo grau.

O Exame Nacional de Cursos já se estende a dezoito ramos do ensino superior e é, depois de quatro anos, uma iniciativa consagrada pelos próprios estudantes e professores. O Provão, como é conhecido, tem atestado a liderança das universidades federais em termos de qualidade do ensino, sem prejuízo da forte expansão da quantidade de estudantes matriculados e concluintes.

O Congresso Nacional aprovou no ano passado uma mudança institucional de alcance comparável para a saúde ao que o Fundef teve para a educação. A Emenda Constitucional nº 29 prevê a elevação gradual, até 2004, dos gastos dos estados e municípios com a atenção à saúde, dando consequência ao princípio da responsabilidade compartilhada das três esferas de governo nesse setor.

Avançamos, ao mesmo tempo, na descentralização do Sistema Único de Saúde, com a transferência automática e regular dos recursos federais diretamente para estados e municípios e ênfase crescente nas ações preventivas e na atenção integral à saúde. O programa Saúde da Família, que é o eixo estruturante do novo modelo de assistência, chegou no ano passado a mais de 10 mil equipes em 3.090 municípios.

Destaco com especial satisfação o êxito das ações coordenadas pelo governo federal em prol da saúde das crianças, que se reflete na queda dos índices de mortalidade e morbidade.

A mortalidade de crianças com até um ano de idade, por mil nascidas vivas, decresceu de 47,8 no início da década de 1990 para 34,6 em 1999. As internações por diarreia diminuíram 50% de 1995 para 1999. A relevante contribuição da Pastoral da Criança da Igreja Católica para esse resultado, em parceria com o governo federal, motivou a indicação pelo Brasil da doutora Zilda Arns para o Prêmio Nobel da Paz de 2001. Outro fator decisivo para a redução da mortalidade infantil são as ações de vacinação desenvolvidas de maneira descentralizada pelos postos de saúde e nas campanhas nacionais.

O grande desafio do Brasil na área da previdência continua sendo a ampliação da cobertura, que ainda deixa de fora 38 milhões de trabalhadores, ou mais de 40% da população economicamente ativa. Vários aperfeiçoamentos nesse sentido vêm sendo introduzidos no Regime Geral de Previdência Social, a partir da promulgação da Lei nº 9.876, de 1999. Além de mudanças nas regras de concessão de benefícios, intensificaram-se em todo o país as iniciativas para divulgar os direitos e deveres previdenciários e facilitar a filiação à Previdência de todos os trabalhadores, inclusive os autônomos. Como parte desse esforço, é gratificante registrar o aumento expressivo na concessão do salário-maternidade, a partir da ampliação da cobertura a todas as seguradas e do pagamento do benefício pela Previdência, em vez da empresa.

A reforma agrária – onde atingimos 460 mil famílias assentadas em seis anos – é outro exemplo, entre vários contidos no corpo desta mensagem, de melhoria da qualidade do gasto social.

O aprimoramento técnico em todas as fases do processo, combate às fraudes e desperdícios na desapropriação de terras, valorização das parcerias na consolidação dos assentamentos, tudo isso permitiu ao Incra reduzir em mais de 50% o custo médio por família assentada. Ganhos adicionais de eficiência começam a ser conseguidos a partir da articulação, sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos programas voltados para o acesso à terra e apoio à agricultura familiar. Um sinal eloquente de que estamos no caminho certo nessa área é a diminuição drástica das vítimas da violência em conflitos fundiários no ano passado.

Senhores congressistas, o ano que começa deve ser de realização das perspectivas favoráveis que fomos capazes de construir para o país no campo econômico. E deve ser marcado por novos e mais importantes avanços também no campo social.

Mais do que crescer simplesmente, temos diante de nós a oportunidade de espalhar o desenvolvimento pelas diferentes camadas sociais e regiões do país.

Do ponto de vista dos segmentos mais avançados da economia e da sociedade, isto importa em enfrentar com lucidez, persistência e ousadia os desafios da competição global. Alguns pontos na vasta agenda da competitividade demandam atenção imediata, para que a balança comercial não venha efetivamente a se tornar um limitador do nosso crescimento.

1) A redução do “custo Brasil” cobra esforços adicionais em relação à queda das taxas de juros, à remoção de gargalos de infra-estrutura e à racionalização da carga tributária. Temos espaço para avançar nos três – juros, infra-estrutura e impostos – sem perder de vista que o êxito continuado do Programa de Estabilização Fiscal em 2001 e 2002, longe de ser uma limitação, é o que nos permitirá garantir e ampliar esse espaço.

2) Além de exportar mais, precisamos ampliar a base exportadora do país, em termos de ramos de produção, de densidade do valor agregado e da quantidade e variedade de empresas envolvidas. Nesse esforço, o governo federal continuará aperfeiçoando e intensificando o uso dos instrumentos ao seu alcance para propiciar às empresas brasileiras acesso ao crédito, à informação e conhecimento e aos mercados tanto quanto possível em igualdade de condições com os competidores externos.

3) A agregação de informação e conhecimento à atividade econômica merece uma menção à

parte. O Brasil construiu, ao longo de meio século, um sistema público de ciência e tecnologia que poucos países em desenvolvimento podem ostentar.

Entre 1995 e 1998, a produção científica brasileira, medida por critérios internacionais consagrados, teve um crescimento só superado pela Coreia do Sul. Os recursos dos fundos setoriais já aprovados e ainda em apreciação pelo Congresso Nacional e uma definição criteriosa das prioridades estratégicas permitirão ao país tirar todo o proveito dessa importantíssima vantagem competitiva.

4) A defesa dos interesses comerciais brasileiros torna-se mais árdua na medida em que o país assume um perfil menos retraído no contexto internacional. Temos pela frente uma agenda pesadíssima, que vai das relações bilaterais com parceiros estratégicos a uma nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio, passando pela consolidação do Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas. Vamos trabalhá-la com tranquilidade e firmeza para valorizar ao máximo o peso relativo do Brasil nesse complexo tabuleiro.

Os êxitos que alcançamos no plano econômico permitirão enfrentar com mais fôlego – inclusive fôlego fiscal – os desafios da inclusão social. Isto já acontece no Orçamento da União para 2001, que prevê uma significativa expansão do gasto social contando com um cenário macroeconômico mais favorável e a efetividade das medidas anti-sonegação aprovadas pelo Congresso. Ganharemos assim algum espaço adicional para a agenda da solidariedade, da qual alguns pontos também merecem destaque.

1) O Fundo de Combate à Pobreza está em fase final de apreciação pelo Congresso. Sua criação permitirá destinar recursos adicionais a programas de educação, saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, recursos hídricos, turismo, trabalho, energia e agricultura familiar nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano. Esta é uma forma de melhorar a focalização do gasto social nos grupos que efetivamente necessitam maior apoio.

2) Um esforço similar deve ser feito em relação aos cinturões de pobreza na periferia das áreas metropolitanas, reconhecendo suas carências específicas em setores como segurança pública, habilitação para o exercício dos direitos básicos de cidadania, transporte de massa e reordenamento urbano. O governo federal buscará formas de enfrentar mais decisivamente esse imenso desafio, em parceria com os estados e municípios.

3) O maior de todos os desafios continua sendo equilibrar a focalização do gasto em favor dos mais carentes e a universalização do acesso básico à educação, atenção à saúde e previdência. Para isso não há fórmula mágica, mas só a busca permanente da eficiência na gestão pública, com austeridade, criatividade, descentralização, controles sociais crescentes e muita abertura à enorme disposição demonstrada pelos brasileiros para o trabalho voluntário em favor da comunidade.

4) Como os recursos, ainda que um pouco menos escassos, serão sempre limitados, a continuidade do financiamento dos programas sociais nos três níveis de governo só pode ser assegurada por uma gestão financeira responsável. A aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal é, por isso mesmo, indissociável do compromisso consequente com a inclusão social.

São estes, senhores congressistas, os elementos básicos do cenário que eu visualizo para o nosso país no ano que se inicia, e algumas das linhas de ação decorrentes do cenário e dos compromissos programáticos do governo.

A tranquilidade política foi um fator decisivo para a superação das dificuldades econômicas que enfrentamos em 1998 e 1999. Essa tranquilidade deve muito ao equilíbrio que temos sabido manter entre os Poderes que representamos, pautado pela busca do respaldo parlamentar necessário às iniciativas do governo, pelo livre exercício da oposição e pela adesão irrestrita de ambos, governo e oposição, às regras do jogo democrático.

Estou certo de que com o mesmo equilíbrio continuaremos trabalhando, o presidente da República e o Congresso Nacional, pela realização das perspectivas amplamente favoráveis que hoje se abrem para o nosso país.

# Jader ressalta “grandeza da atividade política”

“O que impele os homens e as mulheres à cena pública não é o ímpeto da destruição, sempre alimentado pelo ódio, é o espírito da construção, do compartilhamento das responsabilidades comuns”, afirma o senador na reabertura dos trabalhos do Congresso

*Esta é a íntegra do discurso do senador Jader Barbalho:*

Exmo. sr. presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves; exmo. sr. presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Mário da Silva Velloso; exmos. srs. governadores; exmos. srs. ministros de Estado e de tribunais superiores, exmas. autoridades, colegas congressistas, senhoras e senhores. São muitas as considerações possíveis no momento em que se iniciam os trabalhos de uma nova sessão legislativa. Entre tantas, e tendo a convicção de expressar o pensamento majoritário desta Casa, no contexto histórico em que vivemos, escolho alguns pontos que me parecem essenciais, quer por sua atualidade, quer por sua intrínseca importância institucional.

Somos um país de menos de dois séculos de emancipação político-administrativa. Entre avanços e recuos, aprendendo com as derrotas e dignificando as vitórias, fomos capazes de construir um país do qual nos orgulhamos.

Assim, neste limiar do século XXI, é possível olhar para o passado e, a despeito de tantas imperfeições, de flagrantes contradições e da persistência de estruturas injustas, perceber o muito que foi feito, as conquistas acumuladas e os desafios vencidos, sem jamais perder a consciência do muito que há para ser feito. Esse, tenho certeza, é o grande compromisso que, nesta Casa, nos aproxima e nos faz dignos da missão recebida de nossos conterrâneos.

Um olhar sobre a nossa história permite visualizar a importância

do Poder Legislativo na construção do Brasil. Do Império à República, da Independência de 1822 aos dias de hoje, não há fato algum de relevância incontestável que não tenha contado com o Parlamento como um de seus protagonistas. Foi assim na edificação da ordem jurídica, sobre a qual se assentou o Estado brasileiro. Foi assim na definição das formas e dos sistemas de governo. Foi assim no estabelecimento das condições propícias ao desenvolvimento econômico. Foi assim na defesa da liberdade e do ideal democrático. Nas poucas vezes em que isso deixou de ocorrer, em cenários de turbulência e de exceção, o país se apequenou politicamente, recompondo-se pela pressão cidadã da sociedade e pela lucidez de suas lideranças democráticas.

Daí a pertinência de, no instante em que são abertos os trabalhos de uma nova sessão legislativa, ressaltar o sentido histórico da função legislativa. Ao Poder Legislativo — uma das mais expressivas criações da civilização ocidental, que o Brasil soube incorporar no ordenamento de seu Estado — compete representar e dar voz às múltiplas faces que compõem a sociedade. Eis porque não se confunde com os demais Poderes. Posições doutrinárias, crenças filosóficas, aspirações e caminhos políticos distintos aqui se aproximam e, na respeitosa convivência de contrários, compartilham a responsabilidade de ajudar a governar o país.

Por meio do Legislativo, a sociedade tem a oportunidade de reconhecer-se como agente da his-



Segundo Jader Barbalho, na democracia, é “imprescindível” o respeito ao Poder Judiciário

tória. Tendo nos representantes que livremente escolheu os protagonistas da ação política, a sociedade redescobre-se a cada dia, busca encontrar seus melhores caminhos, na sempre justa e bem-aventurada tarefa de construir um país melhor. Nessa perspectiva, quanto mais transparente for a atividade legislativa, quanto menor for a distância entre o que aqui se passa e o cidadão comum, mais e melhor estará o Congresso Nacional cumprindo sua missão.

Por isso, pode-se afirmar que, especialmente nos dias de hoje, a ação legislativa é uma construção coletiva, solidária, em que cidadãos e parlamentares compartilham seus esforços com vistas ao bem comum.

Por definição, o Parlamento é o lugar privilegiado do debate e da discussão. Mas, igualmente, o cenário da negociação e do permanente diálogo.

Exatamente por assim ser, per-

mite que posições antagônicas — por mais profundas que sejam — possam conviver sem maiores traumas, porque sua regra básica de convivência consiste no respeito e na fraterna cordialidade.

O Brasil sabe que pode contar com seu Parlamento. Esta Casa tem consciência de que a verdadeira cidadania pressupõe uma democracia sólida. Uma democracia que, a cada dia, transponha os limites de uma tradicional participação política, quase sempre adstrita a processos eleitorais, e assuma característica crescentemente participativa. Para tanto, é imprescindível o respeito ao Poder Judiciário, pilar do Estado de Direito, viabilizador da prática da Justiça, fiel guardião das práticas democráticas. Assim, ao Poder Judiciário, mais que homenagens e reconhecimento que se lhe possa prestar — o que, uma vez mais, publicamente o fazemos — devem ser dadas as condições indispensáveis ao bom desempenho de suas funções. Nesse sentido, reafirmo minha convicção de que o Congresso Nacional pode, em muito, contribuir para a modernização da Justiça brasileira, a começar pela mudança na legislação processual.

O país é testemunha do apoio dado pelo Poder Legislativo ao esforço de modernização do Estado brasileiro, especialmente visível nos últimos anos, pela ação do Executivo. Ninguém mais que o Congresso Nacional tem dado demonstrações inequívocas de comprometimento com as reformas que se fazem necessárias para tornar o Brasil um país identificado com o seu

tempo, plenamente capaz de responder aos desafios e às necessidades suscitadas pelo mundo contemporâneo.

As reformas ainda pendentes — como a política, a tributária e a do Judiciário, por exemplo — terão que ser assumidas, resolutamente, pelo Congresso Nacional. É o compromisso que, neste momento, em meu nome e no nome de meus pares, posso assumir perante a nação.

Ao encerrar, reafirmo minha crença na democracia e na grandeza da atividade política. Com os primeiros pensadores gregos, a exemplo de Protágoras, aprendemos que “o homem é a medida de todas as coisas”. Que saibamos dirigir nossas ações para a construção de uma sociedade justa, cidadã, visceralmente democrática. Por fim, que cada palavra, cada gesto que tivermos correspondam à preciosa lição de Hannah Arendt: a política é feita por amor ao mundo. O que impele os homens e as mulheres à cena pública, a esta alta exposição, não é o ímpeto da destruição — sempre alimentado pelo ódio —, mas o espírito da construção, da comunhão, do compartilhamento das responsabilidades comuns.

Que sejamos dignos dos mais nobres ideais que alimentamos em favor do Brasil!

Muito obrigado.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesásticas que nos honraram com seu comparecimento a esta sessão.

Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

## Presidente do Senado recebe ministros

Logo após presidir a sessão de abertura do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Jader Barbalho, retirou-se para seu gabinete, onde recebeu os cumprimentos de vários ministros de Estado. Entre eles, Pimenta da Veiga, das Comunicações; Francisco Weffort, da Cultura; Pratini de Moraes, da Agricultura; José Serra, da Saúde; Pedro Parente, ministro-chefe da Casa Civil; e Aluísio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência da República,

além de parlamentares, autoridades e integrantes da bancada do Pará.

Depois de conversar com o novo presidente do Senado, Aluísio Nunes Ferreira disse que o governo considera as eleições das Mesas do Senado e da Câmara como episódio normal na vida política, que já está encerrado.

— Foi uma disputa que se deu no Congresso, entre partidos políticos, e não é a primeira vez que isso acontece. A melhor coisa a fazer agora é o Congresso votar,

trabalhar, discutir, criticar, ter a sua atividade normal — afirmou.

O secretário-geral da Presidência da República negou que o governo precise trabalhar para recompor sua base política, “porque ela não foi decomposta”, e foi enfático ao negar planos de uma reforma ministerial para acomodar insatisfeitos.

— O governo tem maioria, e, mesmo nos momentos mais acirrados da campanha, votou muitas matérias importantíssimas no Congresso. O importante, agora,



Os presidentes da Câmara, Aécio Neves, e do Senado, Jader Barbalho, com os ministros Pratini de Moraes e Francisco Weffort

é encerrar o processo eleitoral, olhar para a frente e fazer o que o Brasil espera: a continuidade das

reformas e a votação de leis para o aprimoramento da sociedade brasileira — afirmou.

# Arruda busca pacificação do Congresso

Líder do governo diz ter recebido do presidente da República a missão de procurar uma convivência harmoniosa entre os partidos políticos para trabalhar em favor do país

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ter recebido do presidente Fernando Henrique Cardoso a missão de pacificar o Congresso, procurando uma convivência harmoniosa entre os partidos políticos para trabalhar em favor dos interesses do país como um todo. "Tudo vai se resolver com tranqüilidade e sem atropelos", previu.

Arruda disse serem legítimas as disputas pessoais por posições políticas e cargos, ponderando que, depois que a disputa acaba e "a poeira assenta", é chegada a hora de compor e trabalhar.

— Isso já está acontecendo no Congresso, com o novo presidente Jader Barbalho conclamando todos a uma responsabilidade compartilhada para restaurar a confiança da so-

cidade nos Poderes constituídos, condição essencial para assegurar a governabilidade do país — lembrou.

Arruda garantiu não temer as ameaças do ex-presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de divulgar denúncias de corrupção no governo. "Todas as críticas são bem-vindas e todas as denúncias serão cabalmente apuradas com a punição dos culpados

apontados pela Justiça", afirmou.

Ele observou que o país já ultrapassou crises bem mais difíceis. "O Brasil inteiro sabe que eleições sempre vêm acompanhadas de clima político quente e conturbado, mas, empossados os democraticamente eleitos, tudo volta ao seu devido lugar, como já me assegurou o líder do PFL, senador Hugo Napoleão", acrescentou.



José Roberto Arruda garantiu que "todas as denúncias serão apuradas"

## Wilson promete transparência na gestão da Primeira-Secretaria

Ao sair da sessão solene que marcou a abertura do ano legislativo de 2001, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) garantiu que fará uma administração transparente e participativa como primeiro-secretário, cargo da Mesa do Senado para o qual foi eleito na quarta-feira.



Carlos Wilson quer envolver senadores e funcionários na meta de eficiência administrativa

Carlos Wilson afirmou que o Centro Gráfico e o Prodasen — Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — são patrimônios importantes do Senado que estão sendo subaproveitados. Para ele, o público não conhece as tarefas

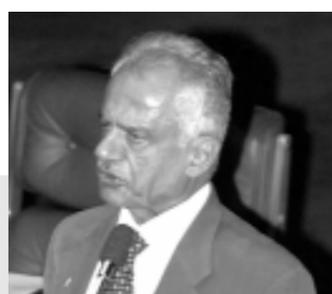
importantes que realizam, menos ainda suas potencialidades.

— Irei conclamar senadores e funcionários para levarmos adiante uma gestão de trabalho compartilhado, em prol da eficiência administrativa — disse.

— Até mesmo os funcionários só conhecem o lado negativo desses órgãos, que vamos trabalhar para consertar — concluiu.

## Simon afirma que veto de ACM fortaleceu candidatura de Jader

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi o autor, o diretor e a principal personagem do que ele definiu como "o filme" que consagrou Jader Barbalho (PMDB-PA) como seu sucessor no cargo. "O PMDB estava muito satisfeito com o trabalho de consolidação do partido levado adiante por Jader na presidência do PMDB e não tinha intenção de tirá-lo dessa função", garantiu.



Para Simon, o segundo erro de Antonio Carlos foi lançar a candidatura de José Sarney

Segundo Simon, foi Antonio Carlos o responsável pela força da candidatura Jader dentro do PMDB, ao lançar um veto ao seu nome, uma ingerência inaceitável dentro do partido. "Quando o líder do PFL, senador Hugo Napoleão, nos revelou que a Executiva do partido não tinha condições de levantar o veto, ele transformou a candidatura Jader numa imposição dentro do PMDB", disse o senador, ao sair ontem da sessão solene de reabertura dos trabalhos

do Congresso.

Simon acrescentou que Antonio Carlos cometeu seu segundo erro ao lançar a candidatura do senador José Sarney, "queimando" suas chances de sair como candidato de consenso, em função de sua biografia. "A consequência mais grave para o PFL foi a derrota da candidatura do deputado Inocêncio Oliveira à Presidência da Câmara, que poderia ter sido uma das mais fáceis da história da Casa", finalizou.



Freitas Neto: comissão especial do Senado consolidou os assuntos mais importantes da reforma

## Reforma política deve receber maior atenção, diz Freitas Neto

As reformas política, tributária e do Judiciário estão tardando, afirmou ontem o senador Freitas Neto (PFL-PI), mas é a reforma política que, diante dos avanços registrados na economia após 1995, deve receber maior atenção dos parlamentares. "O sistema político está ainda mais anacrônico", observou.

Segundo o parlamentar, a comissão especial do Senado que tratou da reforma política e produziu vários projetos de lei ainda em tramitação consolidou os assuntos mais relevantes dessa reforma. Na opinião de Freitas Neto, eles são a fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas eleitorais, a proibição de coligações proporcionais e a cláusula de desempenho partidário.

Ao comentar as perspectivas de seu partido após as eleições de quarta-feira para as presidências do Senado e da Câmara, Freitas Neto disse que "não é hora de o partido pensar em termos definitivos" e informou que o PFL deverá reunir-se depois do carnaval.

## Para Dutra, mensagem presidencial é repetitiva e não desperta interesse

Ao sair do plenário da Câmara dos Deputados, onde foi lida a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre suas metas de governo para 2001, o novo líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), considerou o discurso repetitivo e sem



José Eduardo Dutra observa que a mensagem é a mesma dos anos anteriores

interesse. "A mensagem é a mesma dos anos 98, 99 e 2000 — a economia vai bem e o país vai decolar. Será verdade dessa vez?", questionou.

Segundo Dutra, esse tipo de sessão é um ritual sem importância, para ler uma mensagem na qual quase ninguém presta atenção. Ele ponderou que, se o presidente vi-

esse pessoalmente ao Congresso, a solenidade poderia ter algum interesse porque, pelo menos, os parlamentares fariam silêncio para ouvi-lo.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente Fernando Henrique não veio com medo de ser mal interpreta-

do. "Finalmente, ele não compareceu a qualquer dos quatro anos do senador Antonio Carlos Magalhães. Se viesse agora, no primeiro ano do senador Jader Barbalho na Presidência, poderia ficar mal. Tenho certeza de que virá em 2002, seu último ano como presidente da República", concluiu.

## Crescimento da economia terá continuidade, prevê Santos

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) considerou realista a mensagem presidencial lida ontem, na sessão solene do Congresso. Ele afirmou que a boa fase da economia terá continuidade, com o crescimento de 4,1% em 2000, atingindo 4,5% em 2001. Segundo o parlamentar, até mesmo os fatores externos são favoráveis, apesar da fredda na economia dos Estados Unidos, que ele prevê ser passageira.

Para o senador, o presidente Fernando Henrique também favorecerá novas ações políticas no plano social, com ênfase na reforma agrária, em saúde e no programa Bolsa-Escola com abrangência nacional. A oferta de empregos aumentará, como consequência direta da boa fase na economia,



Ricardo Santos considerou realista a mensagem presidencial lida ontem na sessão do Congresso

acrescentou.

Segundo Ricardo Santos, esses fatores traçam um cenário favorável para o PSDB nas eleições de 2002. Ele apontou para o ministro da Saúde, José Serra, também presente à sessão: "Lá está o nosso candidato e ele vai ganhar", afirmou.

# Eduardo Suplicy lamenta a ausência de FHC no Congresso

Presidente deveria apresentar pessoalmente a mensagem para 2001, diz parlamentar, cuja proposta é apoiada pela maioria dos senadores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que o presidente Fernando Henrique não tenha apresentado pessoalmente ao Congresso a mensagem presidencial para 2001. O senador enviou ofício, assinado por mais da metade dos senadores, solicitando que o presidente viesse ao Congresso para expor as realizações de seu governo e as metas para o próximo ano. "Era importante que ele viesse para demonstrar respeito ao Parlamento", afirmou o senador, que é autor de proposta de emenda constitucional, com parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso quando da abertura da sessão legislativa.

Ao comentar a mensagem de Fernando Henrique, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) des-



"Era importante que ele viesse para demonstrar respeito ao Parlamento", afirma Suplicy

tacou o otimismo e a crença no Brasil. Ele disse que a população está recebendo com entusiasmo as notícias que apontam os expressivos índices de crescimento do país. "A mensagem deve servir como um parâmetro, um sinalizador para as ações que devem ser

executadas daqui para a frente", afirmou. Mauro Miranda completou que o desafio atual é continuar crescendo e buscando maior justiça social.

Para o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), o presidente Fernando Henrique preferiu destacar, em seu discurso, os progressos alcançados com as reformas administrativa e agrária e o aumento de investimentos na área social. O senador disse, porém, que o povo deve cobrar ações mais efetivas na área social.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu a cooperação de todos os brasileiros para que o país continue fortalecendo sua economia. Ela também ouviu com otimismo a mensagem de FHC. "Pelo menos é uma esperança. Tudo se concretizando, há uma grande melhora", disse.

## Roberto Freire prevê dificuldades para aprovar reforma tributária

O senador Roberto Freire (PPS-PE) prevê dificuldades para a aprovação da reforma tributária, um dos compromissos assumidos pelo novo presidente do Senado, Jader Barbalho.

— É uma tarefa muito difícil porque envolve a acomodação de interesses complexos, de grupos econômicos e da própria Federação — disse Freire, para quem isso só seria possível se a proposta fosse patrocinada por um governo unido e com grande peso político, o que, a seu ver, não é o caso.

Quanto à reforma do Judiciário, igualmente pretendida por Jader, Freire é mais otimista.

— A proposta está em andamento e Jader tem uma visão boa sobre o assunto. Quer alterar o processo judicial, em vez de se preocupar apenas com reformas constitucionais — afirmou.

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse esperar que o mesmo espírito democrático que presidiu a composição da Mesa seja mantido na próxima terça-feira, na definição

das presidências das comissões. A oposição pretende, segundo Dutra, presidir uma das comissões mais cobiçadas.

Dutra defendeu ainda a apuração, pelo Ministério Público, das acusações trocadas entre Jader e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Não podemos fingir que não aconteceu nada e que foi apenas um embate pré-eleitoral", afirmou. Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA) acreditam que o principal trabalho do Congresso agora é o de regulamentar o instituto das medidas provisórias, para resgatar a capacidade legislativa do Parlamento. Satisfeita essa condição prévia, diz Valadares, devem ser encaradas como prioritárias as reformas política, tributária e do Judiciário.



Freire é mais otimista em relação à votação da reforma da Justiça

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Camboriú  
6h30 — *Cidadania* — Sen. Tião Viana e o coordenador do Programa de Dengue da Fundação Nacional de Saúde, Paulo Vilarinhos, falam sobre a dengue no Brasil  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro  
9h — Sessão Plenária  
12h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
13h — *As Cores do Brasil* — Natal  
13h30 — *Debate* — Ludgério Monteiro, gerente do Pronaf, e o secretário de Política Agrícola da Contag, Alberto Ercílio Broch, falam sobre agricultura familiar  
14h30 — Sessão Plenária (representação)  
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Carlos Gomes — Nº 17  
19h — *As Cores do Brasil* — Ceará  
19h30 — *Cidadania* — Sen. Roberto Freire e a secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre prisão especial  
20h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Canal Médico* — Diarreia aguda — Fisiopatologia  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Salve Amizade*  
24h — *Revista Brasília* — Nº 20

#### SÁBADO

1h — *Debate* — Sen. Eduardo Suplicy e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
2h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 1  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Especial* — Eduardo Galeano  
3h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
4h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da

Amazônia — parte 1  
4h30 — *Jornal do Senado*  
5h — *Canal Médico* — Saúde, mitos e verdades — Educação física adaptada  
6h — *Especial* — Eduardo Galeano  
6h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *Especial* — Eduardo Galeano  
9h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Solto na folia  
9h30 — *De Coração* — "Ações comunitárias da cardiologia no Brasil"  
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Carlos Gomes  
11h — *Espaço Cultural II* — Armandinho e Yamandú  
12h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
13h — *As Cores do Brasil* — Camboriú  
13h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
14h30 — *Espaço Cultural* — "Nordeste instrumental" — Naná Vasconcelos — parte 1  
15h30 — *Especial* — Eduardo Galeano  
15h45 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Sessão solene de inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (representação)  
16h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 1  
17h — *Revista Brasília* — Nº 20  
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Carlos Gomes  
19h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Solto na folia  
19h30 — *Canal Médico* — Médico de família — Cardiologia intervencionista  
20h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
21h — *Jornal do Senado*  
21h15 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Martelo*, com Ney Latorraca  
23h — *Espaço Cultural II* — Armandinho e Yamandú

### DOMINGO

1h30 — *Cidadania* — Sen. Tião Viana e o coordenador do Programa de Dengue da Fundação Nacional de Saúde, Paulo Vilarinhos, falam sobre a dengue no Brasil  
2h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Especial* — Eduardo Galeano  
3h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel  
4h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2  
4h30 — *Jornal do Senado*  
5h — *Especial* — Eduardo Galeano  
5h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2  
6h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo  
6h30 — *Debate* — Sen. Eduardo Suplicy e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *Especial* — Eduardo Galeano  
9h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Solto na folia  
9h30 — *De Coração* — "Ações comunitárias da cardiologia no Brasil"  
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Carlos Gomes  
11h — *Espaço Cultural II* — Armandinho e Yamandú  
12h30 — *Canal Médico* — Médico de família — Cardiologia intervencionista  
13h — *Cores do Brasil* — Camboriú  
13h30 — *Cidadania* — Sen. Roberto Freire e a secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre prisão especial  
14h30 — *Espaço Cultural* — "Nordeste instrumental" — Naná Vasconcelos — parte 1  
15h30 — *Especial* — Eduardo Galeano  
16h — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel  
16h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2  
17h — *Revista Brasília* — Nº 20  
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Carlos Gomes  
19h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Solto na folia  
19h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino

fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
20h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Patrocínio fala sobre fraudes em concursos públicos  
21h — *Jornal do Senado*

21h15 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Martelo*, com Ney Latorraca  
23h — *Espaço Cultural II* — Armandinho e Yamandú  
0h30 — *Revista Brasília* — Nº 20

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — *Sessão não deliberativa do Senado*  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

**Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado**  
Net: operadora local informa o número do canal  
DireTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Teca: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
**Antena Parabólica — Sistema Digital:**  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
**Antena Parabólica — Sistema Analógico:**  
• Satélite: B1  
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

**Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:**

**Equipamentos necessários:**  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

**Informações técnicas:**  
• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

## Parlamentares poderão tomar depoimentos no Maranhão

Relator propõe que comissão ouça, em São Luís e Imperatriz, pessoas envolvidas com roubo de cargas e lavagem de dinheiro

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar o crescimento do roubo de cargas conduzidas por empresas de



transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário realiza na próxima terça-feira, a partir das 10h, reunião interna para redefinir a pauta dos trabalhos para o mês de março.

Na ocasião, deverá ser analisada proposta do relator da comissão, deputado Oscar Andrade, de realização de audiências públicas em São Luís e Imperatriz, no Maranhão, com o propósito de colher depoimentos de pessoas, inclusive já condenadas ou detidas, envolvidas em roubo de cargas e lavagem de dinheiro.

Ainda no mês de março, a co-

missão deverá deslocar-se até as cidades de Campinas e de Santos,

em São Paulo, para também realizar audiências públicas. Os integrantes da comissão deverão permanecer quatro dias em cada estado.

A CPI do Roubo de Cargas, que teve os trabalhos prorrogados, retomará as atividades após dois meses. A última reunião ocorreu em dezembro, quando houve uma acareação entre William Walder Sozza, acusado de comandar roubo de cargas no eixo São Paulo-Ma-



O senador Romeu Tuma preside a CPI que analisa o crescimento do roubo de cargas

ranhão, e Jorge Meres, ex-integrante de uma quadrilha responsável por roubo de mercadorias e lavagem de dinheiro.

## Plenário examinará fidelidade partidária e financiamento público de campanhas

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária voltaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emendas apresentadas em plenário. Ambos haviam sido aprovados originalmente em caráter terminativo pela comissão.

Recurso para que as duas propostas passem pelo Plenário foi apresentado por 11 senadores. Sem o recurso, elas seguiram diretamente para a Câmara. As emendas aos projetos serão relatadas pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Álvaro Dias (PSDB-PR). A CCJ decidiu por unanimidade – 13 votos a zero – tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais. O texto aprovado veda a partido e candidato receber “direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro” proveniente de pessoas físicas ou jurídicas.

Nos anos em que se realizarem eleições, segundo o projeto apresentado pelo senador Sérgio Ma-



Sérgio Machado sugere que as campanhas sejam financiadas apenas com recursos públicos

chado (PSDB-CE), as doações orçamentárias para o Fundo Partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos. Os 99% restantes serão destinados aos partidos de forma proporcional à dimensão de suas bancadas.

No cálculo da proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso,

procura-se evitar que as mudanças de partido após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre os partidos.

A CCJ também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a evitar a troca de partido por candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido. Eles precisarão estar filiados por, pelo menos, quatro anos à sua agremiação para poderem concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá então participar do pleito seguinte.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que tenham saído de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido.

## Fim do contrato entre Vasco e Bank of America será apurado

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI do Futebol, disse que vai investigar as causas e as circunstâncias que envolvem



o fim do chamado “passe”, o direito de propriedade dos clubes sobre os jogadores.

o rompimento do contrato do Clube de Regatas Vasco da Gama com o parceiro, a empresa Vasco da Gama Licenciamentos, formada pelo Bank of America para explorar a marca do clube e os produtos ligados ao Vasco. Althoff esteve ontem no Rio de Janeiro, em diligências.

O senador lembrou que vão participar da audiência pública da próxima quinta-feira, sobre a chamada Lei do Passe, o advogado catarinense Maurílio Krieger, um dos maiores especialistas brasileiros em legislação esportiva; o ex-jogador Raí Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, como representante dos atletas; e um representante do Clube dos 13 (entidade que reúne os maiores clubes de futebol do Brasil), a ser indicado.

A audiência pública foi convocada porque o ministro dos Esportes, Carlos Melles, está estudando adiar por mais um ano

Na terça-feira, virão os ex-dirigentes do Vasco da Gama Ivan Morgado e Agathyrno da Silva Gomes. No dia seguinte, Levi Lafetá, Hércules Santana e João Manuel de Almeida, também ligados ao Vasco, mas de oposição ao atual presidente do clube, o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), um dos objetos de investigação da CPI.



O relator, Geraldo Althoff, informou que a comissão debaterá a Lei do Passe na quinta-feira

## Álvaro Dias prega mudança na representação legislativa

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o Congresso Nacional deve apressar a votação das reformas do Judiciário, a tributária e a política, como defendeu o novo presidente do Senado, Jader Barbalho. Mas acrescentou uma que, segundo ele, também deve ser feita: a reforma do Poder Legislativo.

O senador afirmou que vai tentar apressar a tramitação do projeto de lei por ele apresentado que muda a proporção entre população e representantes, a fim de reduzir o número de deputados federais, estaduais e vereadores.

– Seria uma forma de reduzir despesas em todos os níveis da administração pública, além de corrigir distorções na representação popular na Câmara. São distorções que fazem com que estados como São Paulo sejam sub-representados – declarou o senador.

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), também quer



Para Álvaro Dias, a reforma do Legislativo deve corrigir “distorções na representação popular”

concentrar esforços na reforma política neste semestre. Ele próprio foi o relator de uma comissão especial formada no Senado para apresentar propostas que mudam a legislação político-partidária. Machado acha que há condições de se votar ao longo do ano toda a agenda nacional proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.